



**ACÓRDÃO Nº970/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11834/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto da Mulher Dona Lindu
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Marco Lourenço Silva e Maria Aladia Tavares Jimenez (Gestores e Ordenadores de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 852/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto da Mulher Dona Lindu. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Instituto da Mulher Dona Lindu**, sob responsabilidade do **Sr. Marco Lourenço Silva**, no período de 01/01/2018 a 31/05/2018, na forma das alíneas “b” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no que tange as restrições dos itens 2, 4, 6 e 7 do Relatório Conclusivo nº 9/2020-DICAD, fls.937 a 977;
- 10.2. **Aplicar Multa**, de acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, ao **Sr. Marco Lourenço Silva**, ex-Diretor do Instituto da Mulher Dona Lindu, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme Resolução nº 04, de 09 de novembro de 2018, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no que tange as restrições dos itens 2, 4, 6 e 7 do Relatório Conclusivo nº 9/2020-DICAD, fls.937 a 977, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o



**ACÓRDÃO Nº970/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Instituto da Mulher Dona Lindu, sob responsabilidade da **Sra. Maria Aladia Tavares Jimenez**, no período de 01/06/2018 a 31/12/2018, na forma das alíneas “b” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no que tange as restrições dos itens 2, 3, 6, 9, 11,12,13, 14, 15 do Relatório Conclusivo nº 9/2020-DICAD, fls.937 a 977;
- 10.4. Aplicar Multa** à Sra. Maria Aladia Tavares Jimenez, ex-Diretora do Instituto da Mulher Dona Lindu, no valor de **R\$ 13.650,24** (treze mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), nos termos do art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no que tange as restrições dos itens 2, 3, 6, 9, 11,12,13, 14, 15 do Relatório Conclusivo nº 9/2020-DICAD, fls.937 a 977 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



**ACÓRDÃO Nº970/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Determinar** atual administração do **Instituto da Mulher Dona Lindu**, que instaure procedimento administrativo para processo Licitatório, Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação e Contrato Administrativo, em observância aos artigos 2.º, 24 25, 26 e 60 da Lei Federal n.º 8666/93;

**10.6. Determinar** que as próximas comissões designadas por esta Corte de Contas, verifiquem o cumprimento do item acima.

*Vencida a proposta de voto do Relator que aplica o valor da multa à época do fato gerador.*

**11- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Outubro de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alves, Procuradora-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Redator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição